

RELAÇÕES SOCIAIS, RELIGIÃO E ETNICIDADE: A EXPERIÊNCIA DOS MORADORES DA VILA SÃO JOÃO

Hilda Beatriz Dmitruk¹

Terezinha C. Zagusewski²

Resumo

Tendo como pano de fundo o empreendimento colonizador no Núcleo Colonial Itaberaba (SC), da década de 40 (do século passado) este ensaio tenciona refletir sobre questões complexas que imbricam religião, poder, etnicidade e a disputa pelo espaço, apontando aspectos que transcendem contextos locais específicos. Evidencia as tensões e dissidências no interior da tradição católica que tanto são acionadas quando da reafirmação de identidades ameaçadas e do embate entre interesses opostos.

Palavras-chave: Catolicismo popular e catolicismo oficial. Colonização e etnicidade. História – Santa Catarina.

¹ Professora vinculada ao Centro de Ciências Humanas e Jurídicas da Unochapecó.

² Licenciada em História/Unochapecó.

Introdução

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada de aquilo que uma vez aconteceu pode ser considerado perdido para a História (Walter Benjamin).

Este ensaio decorre de pesquisa realizada – com base em fontes orais e escritas – para elaborar uma memória histórica do município de Nova Itaberaba (SC)³. O período aqui recortado privilegia as décadas de 40 e 50, do século XX, quando, após a fundação do Núcleo Colonial Itaberaba, novas relações de poder se estabelecem alterando o cotidiano dos mais antigos moradores da pacata Vila São João do “Velho Chapecó”⁴.

³ Dita pesquisa foi realizada através de convênio entre essa Prefeitura e a Unoesc-Chapecó (atual Unochapecó). Em 2001, foi publicado o livro *“Nova Itaberaba: o presente em busca do passado”*.

⁴ Termo geralmente usado para se referir ao antigo município de Chapecó. Criado em 1917, abrangia todo o território que, atualmente, constitui a região do Oeste Catarinense.

Nas suas teses sobre a História, Walter Benjamin (1995) destaca a importância do cronista que atenta aos fatos menores negligenciados na história tradicional. Por isso, da polissemia que caracterizou o re-memorar de nossos entrevistados (ao todo vinte e cinco pessoas), centramo-nos numa questão recorrente nas narrativas dos mais velhos: *as disputas em torno da construção da nova igreja e o sumiço do Santo de devação dos primeiros habitantes do lugar*. Como Benjamin (1995) e suas analogias arqueológicas, procuramos retomar um fragmento factual que, de outra forma ficaria esquecido para a história coletiva.

O episódio esteve relacionado à transferência da igreja da Vila São João e reveste-se de singular significado, na medida em que rompe com a coexistência religiosa entre duas tradições cristãs. Foi uma mudança impositiva que, se bem não pode ser julgada com os olhos de hoje, sem dúvida transformou as relações entre antigos e novos moradores. Afinal, “mudá a igreja”, foi a opção dos colonizadores da década de 40, para afirmar a sua liderança, demarcando um núcleo urbano construído *por e para* eles. A igreja, lugar simbolicamente rico para os moradores de São João e núcleo central de sua identificação coletiva (independente da etnicidade), será transferida à revelia, com a força social da Igreja oficial e o emprego da força policial. Pareceu-nos óbvio que a disputa se deu entre forças desiguais e estava à espera de quem se aventurasse a historiá-la, reinserindo-a na história.

Precisamente porque a memória é seletiva por natureza, e acaba por privilegiar as questões que as pessoas ou grupos desejam sublinhar ou reivindicar, decidimos responder a esse apelo (pressentido).

Já na trilha teórica do historiador inglês Edward P. Thompson que entende a categoria experiência como sendo historicamente construída, em relação a um contexto cultural, conseguimos perceber que, os depoentes “[...] também experimentam sua experiência como sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentes, e reciprocidades como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte e nas suas convicções religiosas” (THOMPSON, 1981, p. 185).

Com essas e outras balizas teóricas, buscamos examinar uma experiência compartilhada de expropriação de um espaço simbolicamente sagrado, correlacionando reflexões sobre o catolicismo em suas variações e tensões internas, bem como sobre a colonização e os aspectos étnicos que caracterizaram o campo religioso local/regional⁵.

Da Vila São João a município

O distrito de Nova Itaberaba foi criado pela Câmara Municipal de Chapecó, em 10 de agosto de 1956, desmembrando sua área dos distritos de Guatambu e Caxambu. A criação do novo distrito foi aprovada através da Lei n. 287, de 27 de junho de 1957, pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Quase trinta anos depois, a população manifestou o desejo de emancipar-se do município-mãe, através de um plebiscito. Conforme ata datada de 31 de março de 1991 e, pela Lei Municipal n. 8.354, torna-se município, sendo sua sede a vila do distrito de Itaberaba.

Não obstante a trajetória político-administrativa acima resumida, o povoamento da área ocorreu a partir da iniciativa de pequenos agricultores que adquiriram terras da Concessionária Carlos Kruel e, se instalaram na localidade. A este respeito, vários depoimentos orais coincidem em apontar que, em 1920, já havia um agrupamento de famílias – principalmente composto de *brasileiros*⁶ vindos do Rio Grande do Sul. Essas famílias deram origem à vila São João. Designação essa que permaneceu até a década de 40, quando passou a ser nominada de “Sede Velha” para distingui-la da “Sede Nova” ou da “Sede Patussi”⁷ (instalada pelo novo agente colonizador). Quando em 1942, a Concessionária Carlos Kruel foi anulada, nessa área territorial se projeta uma nova Sede para o Núcleo Colonial Itaberaba. Segundo as fontes orais e a Revista Sul (s.d.), foi o Sr. Jacinto Patussi, juntamente com seu sócio Bottim, que adquiriram essas terras para revendê-las a migrantes de origem italiana do Rio Grande do Sul.

⁵ Aqui cabe apontar que muitas dessas reflexões acabaram sendo influenciadas pela leitura e discussão das pesquisas publicadas pela antropóloga Arlene Renk, autora e obra pela qual nutrimos sincera estima.

⁶ Trata-se de uma denominação genérica aplicada a moradores do sertão, que a historiografia escolhe denominar de *lusó-brasileiros*. Neste trabalho, usamos o termo *brasileiro*, enquanto uma autodenominação contrastiva ao termo de *caboclo*, utilizado de forma pejorativa pelos *colonos de origem europeia* (RENK, 2000).

⁷ Segundo as mesmas fontes, ambos sócios, incentivaram a instalação de uma casa comercial, uma farmácia e uma linha de ônibus que ligava a povoação ao distrito de Guatambu e à cidade de Chapecó.

O Núcleo Colonial Itaberaba

Sobre o Núcleo Colonial Itaberaba, sabe-se que:

Em 2 de agosto de 1919, foram concedidos 25.000 hectares a Gerônimo Vargas. Essa concessão situava-se entre o Rio Lamedor, ao Leste, e o Chapecó, ao Oeste, tendo como limite Sul o Rio Uruguai. Nessa área, pelo decreto número 122, de 22 de abril de 1942, foi declarada nula a aludida concessão e formado, então, o núcleo colonial Itacorubá. Estão, hoje, nesse território os municípios de Caxambu do Sul e Águas de Chapecó. Já em 10 de fevereiro de 1920, foram concedidos 30 mil hectares a Eugênio Dahre, sendo transferidos a 18 de setembro do mesmo ano a Carlos Kruel. Pelo Decreto número 123, de 22 de abril de 1942, esta concessão foi declarada nula e com a sua área territorial formado o Núcleo Colonial Itaberaba (PIAZZA, 1983, p. 257).

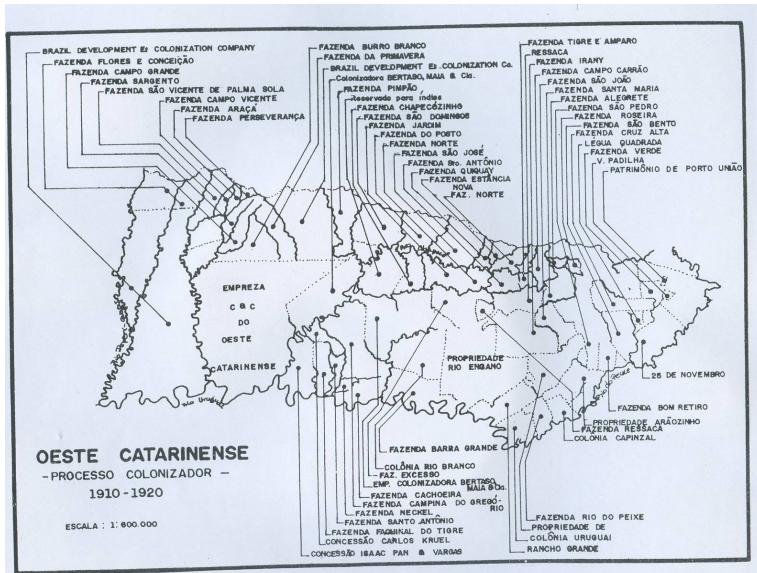
Na colonização da região Oeste de Santa Catarina, além das colonizadoras, os chamados agentes colonizadores tiveram papéis importantes. No entanto, vários desses concessionários, como Carlos Kruel perderam o direito à revenda das terras por não cumprirem as exigências governamentais. A anulação das concessões, segundo Piazza (1994), baseava-se: na falta de pagamento das terras, dos impostos ou de medição das terras, etc.

Diferentemente das grandes empresas colonizadoras, tanto as colonizações de Itaberaba, quanto a de Caxambu⁸ também servem para exemplificar práticas de algumas concessionárias. Segundo explicitou o Agente Fiscal Estadual, Albano Gilioli: à época da instalação do distrito de Caxambu, em 1921, os colonos perderam tudo e tiveram que adquirir novamente as terras:

Todos os colonos tiveram que requerer e pagar novamente suas terras, dentre as quais alguns perderam, dando as mesmas para terceiros. O preço uniforme tanto para os que tinham escritura, como os que requeriam do Estado, como terras devolutas. Ninguém se interessou em defender estes pobres colonos. Diria, houve quem se interessou, mas esta pessoa se sentava em bancos e não em poltronas (GILIOLI, 1967, p. 66).

O Mapa a seguir possibilita visualizar como estavam distribuídas, até 1942, as terras do Oeste Catarinense para fins de colonização, observando especialmente a área destinada à Concessão Carlos Kruel, na região de Nova Itaberaba:

⁸ Nas terras situadas no então distrito de Caxambu (que, em 1919, torna-se distrito do Velho Chapecó), os senhores Gerônimo Vargas e Isaac Pan organizaram a "Empresa Colonizadora Isaac Pan" obtendo pelo prazo de 8 anos a concessão de Terras. Uma vez divididas e demarcadas as Terras, foram vendidas aos moradores já nelas localizados e a colonos vindos do Rio Grande do Sul (GILIOLI, 1967). No entanto, 23 anos depois, aquela concessão de terras foi cancelada, causando imensos transtornos aos proprietários.



Mapa 01: Processo colonizador no Oeste Catarinense.

Fonte: PIAZZA (1994, p. 140).

Assim também, os lotes coloniais vendidos por Kruel foram reavaliados pela Sexta Inspetoria de Terras. Logo após, a concessão será anulada e os compradores viram-se obrigados a pagar novamente para possuírem os títulos definitivos.

Articulação entre religião e política

Nos relatos orais nota-se o descontentamento de várias pessoas – sejam eles “brasileiros” ou colonos de origem italiana – por ter que pagar as terras já adquiridas. Em função da anulação da concessionária vários acabaram perdendo as terras. Como se depreende do depoimento do seu C.C., isso causou tamanha indignação e tanto desânimo que acabou por provocar a saída de algumas famílias:

É, eles moraro sabe, numa casa ali onde... um galpão para baixo do grupo escolar ali, porque o meu pai perdeu aquela terra. [...] ele queria fazer uma rocinha ali e fazê uma casa, só que diz o meu pai [...] que apareceu dois homens lá dizendo que ali era deles, daí o meu pai tomô outro rumo lá prá cima.⁹

⁹ C. C., ítalo-brasileiro, 71 anos, agricultor, Nova Itaberaba, 2000.

¹⁰ Processo Concessão Carlos Kruel, localizado no Arquivo Público Estadual de Santa Catarina.

Aqui também, várias famílias de *brasileiros*, deixaram suas terras, embrenhando-se no mato ou vendendo-as por valores irrisórios conforme demonstraram vários estudos sobre o processo colonizador regional (PELUSO JR., 1982/83; RENK, 1998, entre outros autores).

A análise da documentação escrita¹⁰ reafirma os relatos orais e a importância destes para pensar e elaborar a narrativa histórica. Nos leva ainda a perceber que os nossos sujeitos de pesquisa experimentam suas próprias experiências como sentimentos e valores através dos quais,

[...] a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão [...] parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis de regulação social, hegemonia e diferencia, formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas [...] instituições e ideologias – tudo o que, em sua totalidade, compreende a ‘genética’ de todo processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria sua pressão sob o conjunto (THOMPSON, 1981, p. 189).

A seguir, tencionamos enfocar a experiência compartilhada de reordenamento de valores, práticas, devoções e lugares sagrados, bem como as formas simbólicas e materiais de dominação e resistência acionadas. Isto no contexto do período Getulista das décadas de 30 e 40, quando o Estado nacionalista desenvolve um sistema de estratégias controladoras e centralizadoras, e a Igreja Católica reivindica para si a disciplinarização das condutas religiosas, contribuindo significativamente para a implantação e manutenção da nova ordem¹¹.

Colonização e as tensões entre o catolicismo popular e o catolicismo romanizado

Povoar e *colonizar* não são sinônimos. Piazza (1994) distingue que o *povoar*, o povoamento inclui a ocupação espontânea do território, através do qual um pequeno agricultor adquire a propriedade de terras pouco exploradas. Enquanto que, *colonizar* implica um processo organizado de ocupação e de exploração econômica das terras. Mais ainda, conforme Bosi (1992) a colonização implica em um *plus* de dominação que leva a dominar a natureza e seus nativos.

¹¹ Existem vários e importantes estudos sobre a ligação entre a Igreja e o Estado getulista, assim como o papel da educação ao serviço de um projeto étnico identificado com a brasiliidade. Veja, entre outros: LENHARO, Alcir. *A sacralização da Política*. São Paulo: Papirus, 1986; SOUZA, Rogério L. de. Uma raça mista, uma sociedade homogênea; o projeto étnico do catolicismo em Santa Catarina. *Fronteiras: Revista de História*, Florianópolis, n. 7, p. 73-88, 1999.

Aqui à semelhança do acontecido no restante do Oeste Catarinense, a ação colonizadora provocou o aumento da diferenciação sociocultural e econômica entre os diferentes grupos sociais. Com efeito, a oralidade traz à tona a presença dos *brasileiros* que originaram a pequena vila de “São João”. Duas décadas depois (anos 40) chegam numerosas famílias de colonos *ítalo-brasileiros*. Várias experiências de vida, interesses e concepções, mundos de repertórios e significados culturais divergentes entram em contato e, muitas vezes, em confronto.

Especificamente, questões de caráter religioso passam a se evidenciar entre o chamado catolicismo popular e o catolicismo oficial.

Grosso modo, entendemos o catolicismo popular, como uma fusão do catolicismo tradicional português mesclado com o das populações nativas (brasileiros, afro-brasileiros e indígenas). Teve (e ainda tem) presença marcante na zona rural, nas pequenas vilas e cidades do interior. Este fenômeno do campo religiosidades se caracteriza por dar aos leigos e ao devocional um papel central, em detrimento dos sacerdotes e o sacramental (ZALUAR, 1983).

Quanto ao que se denomina de catolicismo oficial, estamos nos referindo ao Catolicismo Apostólico Romano que segue a hierarquia da Igreja e os dogmas estabelecidos pelo Concílio de Trento (século XVI), reafirmados pelo Concílio Vaticano I (no século XIX) que assumiu funções ideológicas e políticas ao longo das políticas de colonização encetadas no Brasil (TORRES-LONDOÑO, 2000).

Sem pretender esgotar a problemática, nos próximos tópicos abordaremos as relações de sujeição e resistência dos antigos moradores de Vila São João, vistos como detentores de um catolicismo popular em contraponto ao catolicismo oficial, modernizado, instaurado a partir da chegada do novo empreendimento imobiliário.



Foto 01: Ginete a cavalo nas mediações da Sede João.

Fonte: CEOM/UNOCHAPECÓ.

Práticas do Catolicismo Popular na vila “São João”

Nas populações rurais, do passado regional nota-se a forte incidência das devoções populares. Estudando as práticas de devoções populares da América Latina e do Brasil, Torres-Londoño (2001, p. 16) chega a concluir que

[...] as devoções não surgem no abstrato, elas se constroem em contextos particulares onde a miséria, a ausência de justiça dos poderes estabelecidos, assim como a falta de escolhas de diversos tipos, são constantes. Porém, não são unicamente as carências sociais que estimulam o aparecimento das devoções, elas surgem também de carências afetivas, de sentido ou existenciais¹².

Partindo da perspectiva teórica adotada por Renk (1997; 2004), podemos afirmar que as representações de fé tem sido traços distintivos entre os *brasileiros* e os colonos, descendentes de europeus que ocuparam o Oeste Catarinense nas décadas de 30 a 50.

Os *brasileiros* praticavam o catolicismo antigo ou popular, uma crença que se manifestava em forma de cultos, ou práticas do dia-a-dia nas casas, pátios, nas ruas ou nas festas dos santos populares, festas estas consideradas também como grandes

¹² Segundo o autor, as devoções na América surgiram dentro da cristiandade, acolhendo crenças de outras religiões. Lutando pela autonomia dos leigos frente à hierarquia eclesiástica, no Brasil se expressou com diversidade de origens e tradições, sob a liderança de beatos/as, monges, conselheiros, etc.

¹³ J. M. C., brasileiro, 66 anos, agri-

momentos de interação social: “Tinha festa de igreja... mas tudo de comunidades... tinha os padroeiros das igrejas...”¹³

Para Zaluar (1983), o catolicismo popular é uma religião voltada para a vida aqui na terra. Uma religião “prática”, que se encontra ligada a uma “matriz erudita”, cujos símbolos e crenças reinterpretam em sua linguagem específica. Os fiéis estabelecem uma ligação direta com o sagrado, sem a intermediação da instituição Igreja.

Mendonça (1991) observa que um vasto segmento rural da Igreja Católica da América Latina está envolvido pelo catolicismo popular pois, a igreja “oficial”, com sua estrutura e doutrina, se encontra freqüentemente distante.

Numa relação direta e pessoal com o sagrado, o fiel se vale de promessas feitas aos santos de sua devoção ou aos padroeiros das comunidades, considerados mais “poderosos” para conseguir a proteção e a solução dos problemas que podem ser de ordem pessoal ou da coletividade onde vivem.

Os Santos: inovação e homenagens

Muitos santos populares são também considerados mártires da Igreja Católica oficial. Os santos do catolicismo popular são identificados nas imagens (estátuas) que constituem representações iconográficas dessas entidades.

Essas imagens poderiam pertencer à Igreja e às irmandades religiosas e, nesse caso, “morariam” nas capelas e igrejas locais. Poderiam também pertencer a individuais ou famílias, e nesse caso “morariam” em altares [...] dentro de suas casas. A esses santos é que se dirigiam as promessas e pedidos e que se atribuíam poderes milagrosos (ZALUAR, 1983, p. 59).

Relacionamos, entre muitos, alguns santos considerados populares: São João Batista¹⁴, o Batizador; São Benedito, invocado contra racismo e superstições; São Brás, invocado contra doenças da garganta; São Jorge, invocado nos momentos de tentações e perseguições; São Judas Tadeu, invocado nos momentos difíceis; São Miguel Arcanjo, invocado contra armadilhas do demônio; Santa Rita e Santa Luzia, protetoras da visão e dos olhos, respectivamente (BARTH, 1990).

O poder dos santos está associado à abnegação, à resignação e ao martírio que sofreram em vida. Por isso, quanto maior foram

¹⁴ São João é considerado o Santo dos caboclos e era homenageado com ritos religiosos. Atualmente, no meio urbano, a festa de São João se tornou uma forma de diversão e simulacro de supostos costumes caboclos. (CEOM, 2009).

as provações, maior poder terá junto a Deus, para conseguir os milagres.

Os santos eram (e são) invocados em troca de promessas para que resolver problemas de saúde de pessoas, plantações e animais, também por causa de conflitos amorosos e de família. Muitas rezas e promessas também eram feitas em prevenção às doenças vindas de dentro – as doenças de Deus ou males de fora – mordida de cobra, mau-olhado, quebrante. Para os males de fora geralmente eram procurados os benzedores, rezadeiras ou curandeiros, os “intermediários” dos santos (ZALUAR, 1983).

As homenagens prestadas aos santos podiam ser (e ainda são) feitas através de novenas, orações, ladinhas, festas, danças, doações para festas dos padroeiros, os santos mais acreditados do lugar.

O Batismo “em casa” e as “simpatias”

Moradores da vila “São João”, na maioria *brasileiros* e algumas famílias de origem, alimentavam sua devoção através das práticas do catolicismo popular. Entre essas, o ritual do batizado em casa era comum. Ritual esse que evitava os inocentes de correrem o risco de se tornarem pagãos.

A mãe tinha nené, aí marcava. Um vizinho ou dois reunia e fazia o batizado... uma xicrinha ali com um raminho verde, um poco de sal dentro e faziam o batizado ali... Diz que ficava pagão, assim diziam... até a criança, não era salva era pagão assim diziam... eles batizavam para aquele fim... povo tudo acreditava e o seguimento era aquele.¹⁵

Muitas vezes, a criança era duplamente batizada: em casa e na igreja, pois acreditava-se que se a criança morresse sem batismo os pais iriam para o inferno.

[...] o padre ia viajando, tava de burrinho, porque carro não tinha, não existia, encontrava uma senhora na estrada com uma criancinha:

- É prá batiza? Qué que batize a sua criança?
- Pois não, é pra batizá...

Ele apeiava do burro e fazia o batizado. [...]. Eu fui batizada na casa do finado Pedro Mineiro.¹⁶

¹⁵ J. M. C., brasileiro, 66 anos, agricultor, Nova Itaberaba, 2000.

¹⁶ M. A. P., brasileira, 88 anos, agricultora da Barra da Taquara, Nova Itaberaba.

Frente às inclemências da natureza, como as enchentes ou estiagens muito prolongadas¹⁷, recorria-se diretamente aos santos, invocando-lhes proteção através de “promessas” numa relação de “reciprocidade”, uma série de prestações e contra-prestações socialmente estipuladas (ZALUAR, 1983).

Festas religiosas, o terço “cantado” e outras rezas

No contexto estudado temos registros da existência da festa do Divino Espírito Santo e a “mesada dos inocentes”, que eram festas com função distributiva: “Se reunia aquele grupo de quatro ou cinco pessoas e saía cantá o Divino nas casas... cantavam três noites depois faziam uma festinha pro Divino. Era a mesada de inocentes, reunia crianças e os pais das crianças também...”¹⁸

Essas festas geralmente aconteciam em pagamento a alguma promessa e, ao mesmo tempo, era um momento de lazer e integração social entre os grupos participantes. Era o costume normal visitarem as casas com a bandeira do Divino Espírito Santo, fazerem rezas e cânticos para as pessoas visitadas. Ao mesmo tempo, eram recolhidos donativos para que, no final, se fizesse uma confraternização, onde geralmente se fazia a mesada dos inocentes, crianças abaixos dos sete anos e seus familiares. Os alimentos e bebidas eram oferecidos gratuitamente, só assim estariam agindo de maneira correta para obter as graças concedidas pelo Divino:

É uma devoção, porque acreditavam no Divino... faziam também pra uma amizade grande na comunidade... porque saia cantá fora da hora, também fazendo pedidos de galinha... ia cantando e pedindo prá fazê a festa depois... porco, gado, carne, depois marcava o dia da festa... todos onde eles chegavam participavam.¹⁹

Outras práticas, como o terço cantado, eram recomendadas durante as visitas das capelinhas que passavam de casa em casa e os vizinhos se reuniam para pedir proteção aos santos que os visitavam. Esses momentos fortaleciam a amizade e solidariedade entre as famílias:

[...] se fosse os terço em capelinha daí eles rezavam cantando... levavam a capelinha, daí reunia os vizinhos pra fazê união, faziam o terço rezavam... os vizinhos, quatro, cinco ou seis, vizinhos, daí já

¹⁷ Segundo o depoimento de M. A. P. (acima) uma “simpatia” para acabar com as estiagens era a seguinte: pegava-se um santo (o de maior devoção) e colocava-o de cabeça para baixo dentro de um poço ou de um rio, e só o tirava de lá quando chovesse.

¹⁸ J. M. de C., 66 anos, agricultor, Nova Itaberaba.

¹⁹ J. M. de C., brasileiro, agricultor, Nova Itaberaba, 2000.

²⁰ J. M. de C., brasileiro, agricultor, Nova Itaberaba, 2000.

passavam pra outro... Nossa Senhora do Rosário, de Fátima, Nossa Senhora Aparecida, diversos santos... São João, São Pedro [...].²⁰

Conforme contaram nossos entrevistados, durante a “quaresma”, muitas rezas eram feitas para pessoas com alguma ligação afetuosa ou admiração, como avós, padrinhos e madrinhas. No primeiro dia de quaresma começava a rezar um terço e a cada dia de reza amarrava-se um nó em fios de linhas coloridas. No final dos dias de quaresma, o fio amarrado era entregue a pessoa encomendada que agradecia, retribuindo com algum presente ao rezador (um corte de tecido, uma xícara ou balas). Além do costume de usar “breves”²¹, “escapulários” e orações fortes como a carta celeste, que serviam de proteção contra possíveis males, picadas de cobra, inveja, tiros etc... Os dias santos também eram guardados e, nesses dias, se faziam muitas “orações fortes” e muitas atividades domésticas eram evitadas, na quarta-feira de cinzas nem a casa era varrida.

Disputas em torno da localização da Igreja na “Nova Sede”

Depois destas informações preliminares parece claro que, desde a criação da vila “São João”, a história recente de Nova Itaberaba apresenta aspectos emblemáticos. Principalmente pelas dificuldades, embates, trocas, solidariedades e negociações cotidianas que aconteceram no município a partir da retomada do empreendimento colonizador e a chegada da nova leva de migrantes.

Como já mencionamos, a população *brasileira* e alguns poucos colonos de origem italiana ao chegar à concessão de Carlos Kruel, nos anos 20 do século passado, formaram uma pequena vila e construíram uma igreja. Sabe-se que, já na década de 30, a vila era chamada de “São João”, em homenagem ao santo do catolicismo popular praticado pelos *brasileiros*²², sendo São Judas Tadeu, o santo padroeiro.

²¹ Conforme menciona seu C. C., brasileiro, 80 anos, morador de Nova Itaberaba, 2000.



Foto 02: Vista da Sede São João e da Igrejinha que será transladada para a Sede Nova.

Fonte: CEOM/UNOCHAPECÓ.

Também, a memória dos nossos narradores retrata um tempo anterior em que a pequena comunidade era bastante unida e a vila já mostrava sinais de prosperidade. De acordo com o depoimento de J. M. C., a pequena comunidade foi formada pela família C., à qual ele mesmo pertence:

Os C. mesmo, o finado A.C. era um tio meu que veio do Rio Grande do Sul, ele foi guerreiro, foi home muito, expedicionário. Moraro ali. Formaron essa sede com a fiarada dele: o J. C., o E. C, o L. C. e depois veio a geração nossa também, formaro a sede, entre genro e nora... depois intreverô mais gente ih... porque a gente se dava muito com tudo o povo. Ele foi delegado ali também, atendia essa região aqui dava obediência a Guatambu.²³

Com certo orgulho seu C. C. relembra “Os primeiros morador, era uns tal de C., pra lá... primeiro ali, depois veio uns P. [o agente colonizador]. Os ... [C.] era os valentão que tinha ali, que é o C., o J. C.”²⁴

²³ J. M. C., brasileiro, 66 anos, agricultor, morador de Nova Itaberaba, 2000.

²⁴ C. C., brasileiro, 80 anos, morador de Nova Itaberaba, 2000.

Todavia, conforme o depoimento de seu C. Z. que chegou em abril de 1948, podemos constatar que tanto a igreja como o grupo escolar funcionavam na São João:

Era só roça, não tinha nada, não tinha Igreja, nada. A Igreja pertencia a São João mais pra cá [perto da entrada atual para o município]. É, lutaram muito, era era os C.. Então eles lutaram muito pra transferir aquela Sede,[...]. O Patussi venceu porque o lugar é melhor do lado de lá. De cá, era mais feio: São João, né. E é apenas pra cá 1000 metros..., havia só 1000 metros onde minha senhora lecionava só um ano, o primeiro ano...”²⁵

A localização da nova sede tornou-se motivo de disputa e negociações. Percebe-se aí um ponto de inflexão. Acirra-se o confronto de práticas culturais já arraigadas em torno da igrejinha de São João contra o poder econômico e político dos novos proprietários.

Apesar de tratar-se de um assunto bastante recorrente notamos que alguns entrevistados ou evitaram falar sobre ele ou foram muito ambíguos nas suas considerações. Essa relutância em relatar os fatos referentes à disputa pela localização da Igreja (e por consequência da sede) pode ser percebida tanto nos *brasileiros*, como nos colonos de origem italiana.

Sobre essa questão, afirma seu C. Z.:

Não houve realmente briga, mas houve muita discussão... muito confronto, muito trabalho por parte do padre para transferir a Igreja pra lá ou... deixar onde estava. Os C. queriam que ficasse lá e o P. puxou para cá. Enfim, eu não me meti muito... Foi nos anos 50, 52... Já começaram fazer a igreja lá, traçaram a praça como ela está hoje. E foi feito a igreja...²⁶

Segundo seu C. C. houve uma “teima” até chegar a um acordo mediado pelos padres:

Houve... um pouco de atrapalho, ali em São João, ali encima... Ali tinha uma igreja, foi feita. Nós os primeiros que viemos morar puxamos a madeira de arrasto... Todo o mundo morava lá pra cima. Trazé a igreja mais pra baixo. Mas depois um pouco, os padres e o P. lá entrou de acordo e fizero a igreja aqui. Por causa que o P. tinha o loteamento aqui... Isto é... a igreja lá encima e ele com o loteamento embaixo pra vender, aí não combinava também né, fazer outra igreja também muito perto uma da outra, né?²⁷

²⁵ C. T., ítalo-brasileiro, agricultor, morador de Nova Itaberaba, 2000.

²⁷ C. C., ítalo-brasileiro, agricultor, morador de Nova Itaberaba, 2000.

Lembra seu G. Dal C.: “Houve bastante... [resistência], a gente passou uns tempos lá com muitos medos até na época de 1952 quando inauguraram a igreja aqui na Sede Patussi, que foi os missionários que vieram rezar...”²⁸

“Aqui era São João, não era Itaberaba, era São João. A sede São João era Nova Itaberaba!”²⁹, diz o antigo morador de origem italiana –, que também ajudou a formar a Sede São João. Seu depoimento reafirma, essa vila como o primeiro agrupamento urbano de Itaberaba e expressa o ressentimento que ainda perdura.

Mas nem todos rejeitaram, houve colonos de origem italiana que foram favoráveis à mudança da sede:

Era, era, non, non era Itaberaba, Itaberaba era aqui, e lá era São João tá. Daí a gente foi naquela igreja lá só que não tinha espaço pra formá uma cidadezinha, uma vila, então que, que aconteceu, entrô esse J. P. e ele se reuniu com falecido pai e disse: - Vamo formá uma vila aqui? - Vamo, dai tiraro a igreja de lá.³⁰

Enquanto o sede do novo loteamento era construída, os novos moradores freqüentavam a igreja e a escola da Sede São João. Os que projetaram a formação da nova sede contaram com total apoio das autoridades eclesiásticas de Palmas (PR), paróquia responsável pelo Oeste de Santa Catarina.³¹ Dado que, a política da Igreja Católica na época se coadunava com o ideal colonizador representado pelos migrantes de origem italiana.

Como explicam Boni e Costa (1992), o clero nacional, já por ocasião da colonização no estado gaúcho, se encontrava num impasse. Fazia-se necessária uma “reeuropeização do clero”, para impedir o “acaboclameto” dos imigrantes, o que seria um risco para “o celeiro de vocações religiosas”.

Nas palavras de Manfroi (apud RADIN, 1996), “[...] a religião católica foi o seguro e derradeiro sustentáculo a que os colonos peninsulares se apegaram, para salvar sua própria identidade cultural”.

Conforme Radin (1996), a religião foi fundamental para a organização dos migrantes italianos que vieram para o Oeste o meio Oeste catarinense. Por isso, as colonizadoras procuravam informar, através de propagandas que, nas terras que estavam à venda existiam igrejas, escolas, sacerdotes etc. Era uma forma de combater a concorrência com outras empresas que não ofereciam tais vantagens. Essas características são expressas na fala de C. C.:

²⁸ G. Dal C., agricultor, morador de Nova Itaberaba, 2000.

²⁹ O. A. B., ítalo-brasileiro, 60 anos, agricultor, morador de Nova Itaberaba, 2000.

³⁰ O. A. B., ítalo-brasileiro, 60 anos, agricultor, morador de Nova Itaberaba, 2000.

³¹ Revista do Sul, p. 36. Transcrito do Jornal Folha do Oeste.

³² C. C., ítalo-brasileiro, 71 anos, agricultor, morador de Nova Itaberaba, 2000.

³³ O. A. B., ítalo-brasileiro, 60 anos, morador de Nova Itaberaba, 2000.

³⁴ J. M. C., brasileiro, 66 anos, agricultor de Nova Itaberaba, 2000.

³⁵ Esta atitude em relação às práticas religiosas populares começou a mudar somente após os anos 90 (do século passado) quando parte da Igreja Católica (com base no Documento de Santo Domingo/1992) passará inclusive a estimular o catolicismo popular e a realização de ofícios religiosos sincréticos (CEOM, 2009).

Lá no Rio Grande apareceu um homem, um tal de José Zanella... fazendo propaganda dessa terra e falô pro meu pai que tinha essa terra em Santa Catarina, terra boa, com igreja e isso e aquilo... Meu pai fez negócio com ele. Esse que se dizia dono era esse tal de Zanella., né. E tinha o Benjamin, um tal de Benjamin Dagnoluzzo... morava em Passo Fundo, que foi prá quem o velho pagô, foi para aquele e tinha mais um aqui em Chapecó que vendia...³²

Para construir a Sede Patussi; hoje sede do Município de Nova Itaberaba, os novos agentes colonizadores tinham entre outros objetivos, lotear terras com traçado urbanístico, isto é: no centro terrenos e nos arredores pequenas chácaras. Assim procederam, provocando o descontentamento dos formadores da antiga vila: “E daí como tinha aquela igreja lá em cima, daí resolvero trazê pra cá aquela igreja. Má esses caboclos, esses C., eles não aceitava, não sei por que...”³³

Ao “tirar” a igreja da Sede São João não se levou em consideração os valores do grupo que a tinha construído e a freqüentava. Como já apontamos o mal-estar provocado pelo episódio permanece, despertando sentimentos contraditórios na memória dos descendentes de italianos e dos *brasileiros*.

Percebe-se, sobretudo a repercussão negativa nos *brasileiros*. Vale a pena ilustrar este sentimento, materializado na fala a seguir transcrita. Seu J. M. C. quando perguntado sobre os motivos que levaram ao pai dele a se instalar em Itaberaba, *in continentem*, responde que o pai veio em busca de uma “nova vida” mas que “se arretirou” quando a igreja foi mudada:

- Seu João Maria, porque seu pai quis vir prá Itaberaba?
- Ah, ele quis mudá, uma vida nova... Depois teve uns problema no mudá a igreja. Eles ficaro muito descontente com os outros, ele se arretirou-se na época... da...São João... até terminô, **foro tudo embora... onde vai a igreja vai o povo** (grifos nossos).³⁴

Disputas pela “verdade”

Desde as primeiras décadas do século XX, diversas ordens religiosas e seculares chegaram à região Oeste de Santa Catarina para impor a “conversão dos caboclos” ao catolicismo romanizado. Então, as manifestações de devoção do catolicismo popular serão desqualificadas, reprimidas e combatidas como meras credices³⁵.

As práticas do catolicismo popular – sintetizadas através do ditado popular “muita reza, pouca missa; muito santo, pouco padre” –

sofreram diversas mudanças a partir da chegada dos colonizadores que seguiam à risca os ditames do catolicismo oficial: “A religião atólica foi a primeira religião que Deus botou... não tinha outras religiões”.³⁶

Vê-se que para os de *origem*, a religião católica oficial era a mais “verdadeira” porque seria “a primeira”. Portanto, a única a ser seguida. As demais formas religiosas são desconsideradas como caminhos para a “salvação”. A salvação passava pela hierarquia da Igreja. Era necessário ser batizado pelo padre para ser aceito nessa igreja, além da necessidade de pagar o dízimo, de receber os sacramentos, de cumprir o calendário litúrgico e de praticar boas obras (MENDONÇA, 1991).

As normas da igreja católica romana eram rigorosas e deviam ser seguidas pelos fiéis através de rituais específicos como batizado, comunhão, crisma, casamento, etc.

As ações dos praticantes também eram controladas através da educação. Padres da ordem dos Franciscanos Maiores prestavam serviços no ensino primário em Chapecó, além de ministrar o ensino religioso através da formação de conselhos de amigos e pais de alunos. Também exercia influência junto às autoridades públicas para criação de maior número de escolas, como forma de propagar a ideologia do catolicismo oficial.³⁷

³⁶ M. T. B., descendente de italianos, 77 anos, agricultora, Nova Itaberaba, 2000.

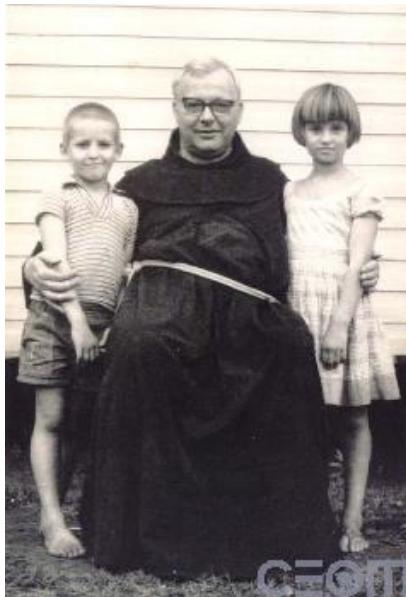


Foto 03: Frei com crianças da comunidade.

Fonte: CEOM/UNOCHAPECÓ

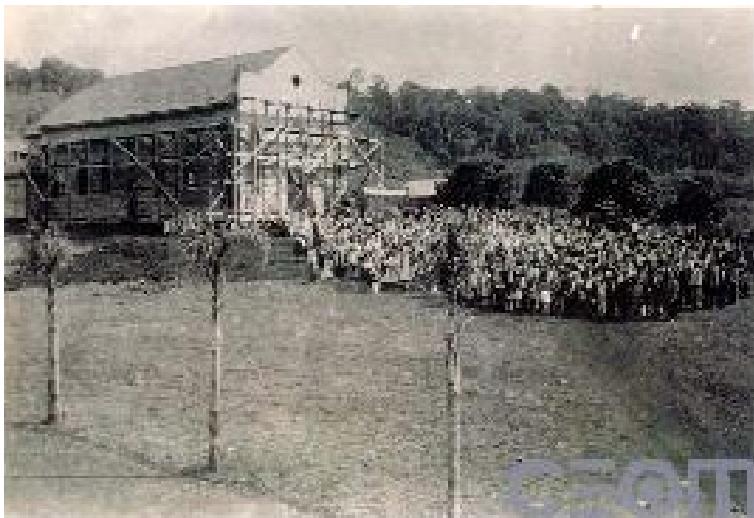


Foto 04: Missões em Itaberaba.
Fonte: CEOM/UNOCHAPECÓ.

Antes de se mudarem para as novas terras, os agricultores de origem italiano junto com a construção das moradias, se preocupavam com a capela, ponto de referência de união e fé entre as famílias. Fé tomada como valor étnico que era estimulada pelo clero (RADIN, 1998).

Mudá prá que? e, o roubo do Santo

No caso estudado, o desmanche da igrejinha de São João e a construção de outra igreja provavelmente, obedeceu também a imperativos econômicos, pois, se valorizavam os lotes em torno da praça, em detrimento do primeiro núcleo populacional.

Na década de 40, segundo os depoimentos, era tudo mato, “mataria”. A parcela da população, agrupada por parentesco, compadres e conhecidos que formaram a vila São João, foi surpreendida com a notícia de que os novos agentes colonizadores pretendiam transferir a igreja:

Ali em São João, ali em cima, tinha uma igreja. Foi feita por nós e os primero que viéro morá. Primeiro puxemo a madeira de arrasto... construi a muque, fazê a tal da igreja. Depois que surgiu aí os ... quis fazê loteamento aqui embaixo e quis mudá a igreja de lá e trazê prá

cá, então houve... nós não queria.... mudá prá que? Todo mundo morava lá em cima... (grifos nossos)³⁸

³⁸ C. C., ítalo-brasileiro, 72 anos, agricultor de Nova Itaberaba, 2000.

A pequena São João comportava várias casas de moradores, algumas bodegas, igreja e uma escola, localizadas num ponto mais alto da vila, onde também para o catolicismo oficial, deveriam localizar-se as igrejas. Não obstante isso foi construída a nova igreja. Quando estava tudo preparado para a colocação do santo padroeiro “São Judas Tadeu” para lá, a comunidade mais “antiga” se opôs de diversas formas. É o que constatamos em vários depoimentos:

[...] a gente passou uns tempos lá com muitos ‘medos’, até na época de 1952, quando foi inaugurada a igreja aqui em Sede Patussi, que foi os missionários que vieram inaugurar as primeiras missas, que rezaram na igreja da Sede Patussi. Em maio de 1952, nas transferências dos santos, roubaram o santo da igreja de São João viu?... mas por causa de certas famílias de lá eram muito resistentes, não queriam que fosse mudada a igreja pá Sede Patussi. Só que daí uns tempos, eles queriam devolver esse santo São Judas Tadeu, mas acabou não indo mais na igreja, este santo ficou depois na família C.³⁹

³⁹ G. Dal C., ítalo-brasileiro, 65 anos, agricultor de Nova Itaberaba, 2000.



Foto 05: Imagem de São Judas Tadeus.

Fonte: <http://lidialuz.blogspot.com/2008_10_01_archive.html>.

Eu até transportei a madeira de lá do fundo... que foi desmanchada a igreja da Sede São João... foi transportada de carroção.... nós tinha o carroção... ele [o C.] queria a igreja que ficasse lá e os

padroeiro, eles segurarô... São Judas Tadeu, me lembro sim... ele [o C.] estava enfermo na cama... o velho sempre com a mão junta assim, sentado ele olhava só prá aquele santo, porque ele era tanto devoto, ele não queria que levasse o santo... ele não deixou levar [...]⁴⁰

⁴⁰ Id, Ibid.

No imaginário dos *brasileiros*, a nova igreja significava uma afronta e a perda do controle do seu espaço, considerado sagrado. Assim, em última instância, o sequestro do santo mais poderoso, no momento em que seria transferido para a nova sede, foi uma forma de demonstrar a sua rejeição, não apenas ao catolicismo oficial e aos seus mediadores, como também ao novo projeto imobiliário. Ainda, podemos considerá-lo como uma forma de resistência “[...] à uma nova ordem capitalista que avançava, desenvolvendo novas relações sociais, novas formas de controle e de organização entre as pessoas”, como nos casos analisados por Zaluar (1983.).

Percebe-se que os fiéis da igreja da São João entendiam que a nova igreja (da Sede Patussi) não era destinada aos *brasileiros*. Emerge ainda nesse contexto, a disputa pelo título de desbravador, dos pioneiros enquanto supostos responsáveis pelo progresso material do atual município.

Por outra parte, vale nos aproximar ao imaginário dos colonos ítalo-brasileiros, em relação ao poder do padre, observando no depoimento abaixo como estes se referem aos *brasileiros* que desafiaram as autoridades para não ceder o santo de devoção:

[...] bem dizer, os que incomodaram foi aquela família, que deu aquela folia... os caboclos.... queria matar o padre porque ele transportou a igreja pra cá... o padre se salvou... deu tempo de dar uma abençoada, deu a benção dele... o padre tem ‘poder’, né... tem um poder muito grande... atiraram no padre, ele ficou em cima de uma viga... não pegou nenhuma bala. Ele fez o sinal da Santa Cruz e até o revólver da mão caiu, amaldiçoou ele, né?⁴¹

⁴¹ J. M., ítalo-brasileiro, 78 anos, madeireiro, Nova Itaberaba, 2000.

A resistência da família de “caboclos” teria sido vencida com apoio dos missionários que vieram exercer o seu papel de mediadores entre Deus e eles, os ítalo-brasileiros.

Como vimos, para os *brasileiros*, os santos, especialmente os padroeiros, os mais poderosos, eram muito importantes, representavam uma ligação imediata com Deus, a autoridade suprema do universo (ZALUAR, 1983). O São Judas Tadeu

acabou ficando próximo a seus devotos e nunca mais foi entregue. No entanto, segundo depoimento:

Eu sei que a questão continuou, daí tiraram o santo da igreja para não entregá o padroeiro e quem tirou foi a T. C. com o Bépi C., J. C. [o capelão]. Chamavam de Bépi. Então questionaron ali. Depois os meu parente também se meteron proque queriam ali. Mas não adiantô aí eles entraram em acordo tudo. Veio policiamento, com a lei entraram em acordo e formô pra cá, daí terminou ali [São João] e meus parente forô embora, os de Bépi C., também forô.⁴²

O quê mudou?

A formação da nova Sede e a construção da nova igreja transformam o cotidiano dos moradores da Sede São João, fazendo emergir múltiplas contradições. Muitos, desgostosos se retiraram do local, juntamente com algumas famílias de origem que ali moravam.

Para os migrantes de origem, a saída dos brasileiros envolvidos no conflito da igreja foi o resultado da “maldição” dada pelos padres “...foram amaldiçoados... morreram todos... se salvou só um”.

Sabe-se que o Santo continuou “raptado”.

Mas, o que foi feito da igrejinha?: “Aí deixaram e apodreceu ali. Foi caindo e caindo e por último... os pinhero estão ali onde era a igreja... por baixo da igreja nasceu os pinhero”.⁴³

A nova igreja teve como padroeira “Nossa Senhora de Lourdes”, santa aceita pelo Catolicismo Oficial, escolhida pelos seus precursores.

A partir daí, os costumes, não somente os religiosos passaram a ter outros matizes e se foi impondo a forma institucionalizada de cultuar a religião católica. A igreja passou a ter uma diretoria, regida pela paróquia Santo Antônio de Chapecó. Desde 1947, através dos meios de comunicação existentes, se difundia e exaltava a ideologia do catolicismo oficial e a valorização material e do “progresso” da região, como obra da população católica romanizada.

Seu C. Z., de origem italiana, conta: “E foi feito a igreja, eu ajudei muito. Fui companheiro do começo ao fim. Construir a igreja, ajudar em festas, ajudar em tudo, melhorar. Sempre com a esperança de que as coisas melhorassem...”

⁴² J. M., ítalo-brasileiro, 78 anos, Nova Itaberaba, 2000.

⁴³ J. M. C., brasileiro, já citado.

Festa de Santo Antônio [...] empreendimento que se deseja objetivar: a construção de uma nova matriz... esses monumentos de fé, constituem o orgulho dos que sabem ser a tradição uma das forças mais poderosas na vida dos povos. [...] Chapecó [...] se ressentе de uma matriz que diga com grau de sua atual cultura, religiosidade e progresso [...]. Uma igreja que seja uma expressão do nosso catolicismo e nosso progresso material é, pois, mais alvissareira... justas aspirações do povo desta cidade, composto na sua ‘quase’ totalidade de católicos.⁴⁴

⁴⁴ Jornal “A Voz de Chapecó”, Chapecó, ano VIII, n. 144, 06 jul. 1947.

A paróquia de Chapecó abrangia a região de Itaberaba, portanto, fazia o controle das programações religiosas oficializadas. A igreja da nova sede inaugurada em maio de 1952, dirigia a organização das comunidades, no meio rural, que cresciam com a chegada de novos colonos. Surgiram então muitas igrejas de católicos “romanizados” pelo interior.

A catequese passou a ser realizada na igreja e com catequistas preparados pelos padres, não mais se podia fazer a primeira comunhão e o crisma sem passar pela catequese oficial. As festas distributivas deixaram de existir e passaram a ter um fim lucrativo, pois parte dos lucros iriam para a manutenção da paróquia de Chapecó. O batizado só poderia ser feito na igreja oficial e pelos padres.

G. R. conta que quando tinha 8 ou 10 anos, por volta de 1940/1942 ele foi crismado pelo bispo, junto com várias pessoas num paiol. Devido às roupas “esquisitas, diferentes” do bispo (“vestidão e capacete bem alto com uma cruz”), muitos se assustaram:

Eu crismei aqui no... na São João, num paiol de milho... Pra cá veio o bispo e o padre, diferente o homem, uma cruz lá em cima ele tinha... era cruz lá em cima. Então tudo se assustô... Tinha gente que pegô uma espiga de milho pra fincá no bispo, porque se assustô.⁴⁵

Houve uma grande mudança agenciada pela igreja e seus mediadores, que organizaram a renovação catequética, equipes de liturgia, grupos de oração e ministros. Os grupos de pequenos agricultores excluídos e expropriados não só da terra, mas também de seus espaços sagrados de devoção, tomaram outro rumo. “Daí, muitas dessas famílias que não concordaram em vir para a igreja de Sede Patussi, depois acabaram saindo”.⁴⁶

Essa situação provocou o abandono da antiga sede e a mudança de religião: “Da Sede São João... terminô, forô tudo

⁴⁵ G. R., ítalo-brasileira, 66 anos, agricultora, Nova Itaberaba, 2000.

⁴⁶ G. Dal C., ítalo-brasileiro, 65 anos, agricultor, Nova Itaberaba, 2000.

embora. Foi prá puxá o povo alí... onde vai a igreja vai o povo, hoje eu sou evangélico... ”.⁴⁷

Os depoimentos revelam que os *brasileiros* da Sede São João se sentiram excluídos e acabaram se retirando do local e da Igreja Católica Oficial.

Porém, cabe frisar que nem por isso muitos deixaram de conservar suas devoções. Como as diversas pesquisas de Torres-Londoño (2000, p. 248) demonstram, “[...] as devoções populares no Brasil atravessaram os séculos, crescendo e se reinventando”. Apenas foram adaptando suas práticas ao ritmo da urbanização, mantendo, reelaborando e ganhando novos sentidos e formas de expressão.⁴⁸

Catolicismo: dimensões e tensões socioculturais

Analisamos um caso de experiência compartilhada de expropriação de valores, práticas, devoções e lugares sagrados, bem como as formas simbólicas de dominação e resistência acionadas.

Entendendo cultura como modos de vida, de luta e de trabalho (imbricadas nos costumes e nas condições de sobrevivência⁴⁹), a memória dos moradores de Itaberaba ganha significado para pensar as relações entre religião, cultura e história, isto é, entre religiosidade, os modos de vida e o espaço, bem como as formas de relação de grupos entre si. Ao abordar reflexivamente o tema das religiosidades no contexto da retomada da colonização em Itaberaba (e buscar contextualizá-los no espectro maior das relações histórico-sociais), trouxemos à tona as tensões entre os grupos sociais e os sujeitos individuais em função da etnicidade⁵⁰. Pensando as práticas devocionais e os modos de vida de forma articulada, foi possível desvendar, principalmente as identificações étnicas acionadas.

Através do aspecto religioso, percebe-se, também, como o poder do capital e do grupo étnico considerado “superior”, acabou se sobrepondo ao catolicismo popular tido como dos *brasileiros*, embora partilhassem dele também algumas famílias de origem italiana que povoaram a vila de São João. A experiência provocada pela realocação da igreja e a redefinição da sede do Núcleo Colonial de Itaberaba pode ser considerada um exemplo claro dessa demarcação étnica genérica. Onde as novas forças sociais tendiam a uniformizar a desqualificação da religiosidade popular como sendo “coisa de caboclo”.

⁴⁷ J. M. C., brasileiro, 66 anos, agricultor, Nova Itaberaba, 2000.

⁴⁸ Para constatar a força das devoções populares caboclas, recomendamos a leitura do Inventário (CEOM, 2008).

⁴⁹ Isto na perspectiva sugerida por E. P. Thompson (1981).

⁵⁰ Hoje aplicamos o termo *etnia* aos grupos étnicos, isto é aos indivíduos que possuem o sentimento de pertença a certa história e herança comum. Étnico, questão étnica e etnicidade são conceitos contemporâneos que superam a noção de *raça* formulada no século XIX (RENK, 1997).

Conforme suas possibilidades culturais, os moradores da antiga vila de São João opuseram formas diversificadas de resistência (para que se respeitasse o ditado popular: “*onde está a igreja, está o povo*”) que alcançaram seu ápice com o roubo do santo padroeiro e outros incidentes que já analisados.

Deste modo, a hegemonia cultural das lideranças políticas e eclesiásticas foi resistida, questionada pelos antigos moradores, que lutaram para manter o espaço de sociabilidade e solidariedades construído através da religiosidade. E, o que é mais importante: esse “fato menor” causou tantos dissabores que ainda persiste na memória coletiva, como uma assinatura pendente a ser desvelada.

Referências

- BARTH, Adalíbio Pe. **Orações e devoções populares**. Passo Fundo: Vozes, 1990.
- BENJAMIN, Walter. Rua de mão única. In: **Obras escolhidas**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. v. 2.
- BONI, Luiz A.; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Vozes, 1982.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do Oeste Catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: Unoesc, 1996.
- _____. **Religiosidades**. Chapecó, v. 14, n. 13, jun. 2001.
- _____. **Inventário da cultura imaterial cabocla**. Chapecó: Argos, 2008.
- DIEL, Paulo Fernando. **Em nome de Deus: a reforma católica e o catolicismo popular caboclo no Oeste de Santa Catarina e Sudoeste de Paraná (1903-1958)**. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Teologia N. Sra. da Assunção, São Paulo, 1992.
- DMITRUK, Hilda B. Dossiê da história oral. **Série Interdisciplinar**, Chapecó, n. 35, nov. 1997.

_____. **A história que fazemos:** pesquisa e ensino em história. Chapecó: Grifos, 1998.

_____. História, memória e legados culturais no Oeste Catarinense. **Série Interdisciplinar**, Chapecó, n. 42, ago. 2001.

_____. Colonização e populações nativas. **Série Interdisciplinar**, Chapecó, n. 56, 2008.

DMITRUK, Hilda B.; JAGUSENSKI, Therezinha Cristina. **Nova Itaberaba:** o presente em busca do passado. Chapecó: CEOM, 2001.

FERLA, Lúcia. **A mulher colonizadora itaberabense.** (Monografia) – Universidade de Palmas, Palmas, 1997.

HEINEN, Luiz. **Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina:** aspectos sociopolíticos, econômicos e religiosos. Joaçaba: Editora Unoesc, 1997.

Jornal “A Voz de Chapecó”, Chapecó, ano VIII, n. 144, 06 jul. 1947.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política.** São Paulo: Papirus, 1986.

MANFRÓI, Olívio. **Colonização italiana do Rio Grande do Sul.** Joaçaba: Unoesc, 1996.

MENDONÇA, Antônio G. Situações religiosas na América Latina. In: SOUZA, Beatriz Muniz de (org.). **Sociologia da religião no Brasil.** São Paulo: Puc, 1991.

PIAZZA, Walter. **Santa Catarina:** sua história. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

_____. **A colonização de Santa Catarina.** 3. ed. Florianópolis: Lopardelli, 1994.

RADIN, José Carlos. **Italianos ítalo-brasileiros na colonização do Oeste Catarinense.** Joaçaba: Unoesc, 1996.

RENK, Arlene. **O peso da cruz:** conquista e religião. Chapecó: Unoesc/ Secretariado Diocesano, 1993.

_____. **A colonização do Oeste Catarinense, as representações dos brasileiros.** Chapecó: Unoesc, 1995.

- _____. **Dicionário nada convencional.** Chapecó: Grifos, 1997.
- _____. **A luta da erva:** um ofício étnico. Chapecó: Grifos, 2000.
- _____. **Migrações de ontem e de hoje.** Chapecó: Grifos, 1999.
- _____. **Narrativas da diferença.** Chapecó: Argos, 2004.
- SOUZA, Rogério L. de. Uma raça mista, uma sociedade homogênea; o projeto étnico do catolicismo em Santa Catarina. **Fronteiras: Revista de História**, Florianópolis, n. 7, p. 73-88, 1999.
- SPESSATTO FILHO, Francisco; JAGUSENSKI, Therezinha Cristina. **Memória histórica de Nova Itaberaba.** Trabalho de conclusão de Curso (Graduação) – UNOESC, Chapecó, 2000.
- THOMPSON, Edward. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TORRES-LONDOÑO, Fernando. Imaginária e devações no catolicismo brasileiro: notas de uma pesquisa. **Projeto História**, São Paulo, n. 21, nov. 2000.
- _____. As devações populares, novas indagações de uma pesquisa. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, n. 13, 2001.
- ZALUAR, Alba. **Os homens de Deus.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

Abstract

Having its background in the colonizing venture of the Itaberaba Colonial Center (SC) of the 40's (of the last century), this essay will reflect on complex issues that intertwine religion, power, ethnicity and the dispute for space, pointing out aspects that transcend specific local contexts. It highlights the tensions and disagreements within the Catholic tradition that both are triggered by the reaffirmation of threatened identities and the clash between opposing interests.

Keywords: Popular Catholicism and official Catholicism. Colonization and ethnicity. History – Santa Catarina.